

ATUAÇÃO EM AUDITORIA INDEPENDENTE NAS ENTIDADES SUPERVISIONADAS PELA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (Previc)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O examinando receberá do fiscal o seguinte material:

a) este Caderno, com os enunciados das 25 (vinte e cinco) questões objetivas e das 2 (duas) questões dissertativas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

QUESTÕES OBJETIVAS		QUESTÕES DISSERTATIVAS	
Questões	Pontos por questão	Questões	Pontos por questão
1 a 25	2,0 cada	26 e 27	25,0 cada
Total: 50,0 pontos		Total: 50,0 pontos	
TOTAL: 100,0 pontos			

b) um **Caderno de Respostas** para o desenvolvimento das questões dissertativas, grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às marcações das respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

Obs.: O material desenvolvido nas folhas de rascunhos não será levado em consideração para a correção das provas.

02 - O examinando deve verificar se este material contém todas as folhas, se está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o examinando deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, à **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, à **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA** é sensível a marcas escuras, portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - O examinando deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao examinando, já estiver danificado.

06 - Imediatamente após a autorização para o início das provas, o examinando deve conferir se este **CADERNO DE QUESTÕES** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

07 - As questões objetivas e as questões dissertativas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), só uma respondendo adequadamente ao quesito proposto. O examinando só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

09 - **SERÁ ELIMINADO** deste Exame de Qualificação Técnica o examinando que:

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro examinando;

b) portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios de qualquer natureza, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas, durante a realização das mesmas, levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **Caderno de Respostas das Questões Dissertativas** grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA**;

d) se recusar a entregar o **Caderno de Respostas das Questões Dissertativas** grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs.: Será permitida a saída definitiva do examinando da sala de provas somente após **2 (duas) horas** do seu início, sendo também liberada a entrega do **CADERNO DE QUESTÕES** no momento de sua saída.

10 - O examinando deve reservar os **30 (trinta) minutos** finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

11 - O examinando deve, ao terminar as provas, entregar ao fiscal o **Caderno de Respostas das Questões Dissertativas** grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINAR** a **LISTA DE PRESENÇA**.

12 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESSAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISSERTATIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**, já incluído o tempo para a marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**.

13 - As questões e os gabaritos das provas objetivas serão divulgados, no primeiro dia útil seguinte ao da realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

RASCUNHO

QUESTÕES OBJETIVAS

1

Um contador recebe convite para ocupar cargo no Governo Federal supervisionando numerosa equipe. Após assumir sua nova função, recebe diversos convites para almoços comerciais, quando recebe diversas propostas de fornecedores de serviços para seu setor. Ele não aceita qualquer acordo encaminhando os pretendentes para os canais autorizados a negociar em nome do Governo.

Nos termos do Código de Ética Profissional do Contador, não é permitido auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua

- (A) comissão de planejamento
- (B) aposta em cassinos
- (C) prática lícita
- (D) atividade sigilosa
- (E) função decorrente

2

Um contador integra pessoa jurídica que presta serviços para várias pessoas de destaque na sociedade nos vários campos de atuação. Após realizar determinado trabalho para pessoa influente, pretende divulgar sua atuação em texto a ser publicado em revistas físicas e digitais.

Nos termos do Código de Ética Profissional do Contador, é vedado emitir referência que identifique o cliente ou o empregador, com quebra de

- (A) decoro protocolar
- (B) sigilo profissional
- (C) confiança pessoal
- (D) contrato individual
- (E) referência valorativa

3

Um contador, aprovado em concurso para ingresso nos quadros de sociedade de economia mista, verificou que houve modificação nas regras de aposentadoria, o que o fará ingressar em plano de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar. Preocupado com a organização interna da entidade, pesquisa sua estrutura no aparato legal existente.

Nos termos da Lei complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, o órgão máximo da estrutura organizacional, e responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios é o Conselho

- (A) Executivo
- (B) Deliberativo
- (C) Fiscal
- (D) Financeiro
- (E) Classista

4

Um supervisor do setor de Contabilidade de uma pessoa jurídica, que é uma sociedade anônima, designa colega para trabalhar no balanço, especialmente no denominado passivo.

Nos termos da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, no passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

- (A) passivo circulante, não circulante e patrimônio líquido
- (B) passivo permanente, não realizável e patrimônio líquido
- (C) passivo realizável, aleatório e patrimônio líquido
- (D) passivo auditável, prejudicial e patrimônio líquido
- (E) passivo prospectado, comum e patrimônio líquido

5

A Resolução CNPC nº 46, de 2021, dispõe sobre as condições e os procedimentos para a identificação e o cadastramento dos planos de benefícios no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, para fins de operacionalização da independência patrimonial dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Compete à Previc atribuir e administrar o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios-CNPB, normatizando que

- (A) o plano de benefícios receberá um número identificador único e intransferível de CNPB.
- (B) o número de inscrição, no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, de um plano de benefícios eventualmente encerrado ou cancelado, poderá ser atribuído a outro plano.
- (C) a transferência de plano de benefícios para outra entidade fechada de previdência complementar implicará o cancelamento da inscrição no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios.
- (D) a inscrição no CNPB confere personalidade jurídica própria aos planos de benefícios que já possuam inscrição no CNPJ.
- (E) os planos de benefícios de caráter previdenciário, administrados pelas entidades sob supervisão da Previc, não precisam estar inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, desde que já possuam inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ.

6

Conforme o Guia Previc de Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) devem ter controle dos resultados contábeis da gestão administrativa por plano de benefícios.

É recomendável que a EFPC adote controle das informações contábeis da gestão administrativa por plano de benefícios, com a respectiva divulgação da(o)

- (A) Demonstração do Ativo Líquido
- (B) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido
- (C) Demonstração das Provisões Técnicas
- (D) Demonstração dos Planos de Gestão Administrativa
- (E) Demonstração dos Resultados Abrangentes

7

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) devem comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) quando o resultado da operação ou da situação do participante indicar suspeita de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.

A comunicação da operação deve

- (A) ser fundamentada e registrada de forma detalhada.
- (B) ser efetuada no prazo de setenta e duas horas.
- (C) ser realizada para um mesmo participante, com valores superiores a duzentos mil reais.
- (D) dar ciência ao participante, enviando cópia da comunicação feita ao COAF.
- (E) incluir as operações decorrentes de pagamento de benefícios de caráter previdenciário.

8

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) deve ter regulamento próprio. Ele deve conter, além de outros aspectos, a fonte de custeio e a forma de constituição e de destinação/utilização do fundo administrativo.

O PGA deve ser aprovado pelo(a)

- (A) Conselho Fiscal
- (B) Conselho Deliberativo
- (C) Atuarário
- (D) Auditoria Interna
- (E) Diretoria Executiva

9

Nas competências e impedimentos do auditor revisor, deve ser verificado que para atuar como Revisor, o auditor deve se assegurar de que caso o Revisado tenha em sua lista de clientes entidades fechadas de previdência complementar, os membros da equipe revisora devem possuir habilitação para atuar em auditoria na(o)

- (A) SUSEP
- (B) CVM
- (C) ANEEL
- (D) PREVIC
- (E) BACEN

10

Conforme a Resolução CNPC nº 46, de 2021, na implementação da inscrição no CNPJ, para cada plano de benefício previdencial, é vedada(o) a(o)

- (A) manutenção do Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB).
- (B) mudança nos critérios de precificação de ativos e passivos.
- (C) solidariedade entre patrocinadores ou entre instituidores, com relação aos respectivos planos de benefícios.
- (D) portabilidade de planos de benefícios entre entidades fechadas de previdência.
- (E) respeito à segregação dos ativos dos planos.

11

Um especialista do auditor é uma pessoa ou organização com especialização em área que não Contabilidade ou Auditoria, contratado pelo auditor. A especialização compreende habilidades, conhecimento e experiência em área específica.

Na determinação da necessidade de um especialista do auditor, tal especialização se faz necessária para

- (A) reduzir a responsabilidade da administração da entidade na elaboração das demonstrações contábeis.
- (B) reduzir a responsabilidade do auditor.
- (C) auxiliar o auditor na elaboração das demonstrações contábeis.
- (D) auxiliar o auditor na elaboração de estimativas de provisões.
- (E) obter evidência de auditoria apropriada e suficiente.

12

O Comitê Administrador da Revisão Externa de Qualidade (CRE) tem em seu programa de trabalho a definição da abrangência, a seleção dos auditores a serem revisados, as etapas e os prazos a serem cumpridos pelos auditores revisores.

Dentre o que cabe ao CRE, estão como competências desse comitê, **EXCETO**

- (A) selecionar e identificar os auditores a serem revisados a cada ano.
- (B) dirimir quaisquer dúvidas a respeito do processo de revisão pelos pares.
- (C) emitir relatório anual das atividades, podendo emitir relatórios parciais durante o ano.
- (D) organizar, planejar e conduzir os trabalhos de revisão.
- (E) aprovar, ou não, os relatórios de revisão e os planos de ação apresentados pelos Revisores e Revisados, respectivamente.

RASCUNHO

13

Considere o trecho abaixo, emitido em um relatório de auditoria de um fundo de pensão.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade ABC em 31 de dezembro de 20X1 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Para que se consiga uma desejada uniformidade na emissão dos relatórios por parte dos auditores independentes, é recomendável que esses observem os modelos apresentados nas normas de auditoria.

A opinião acima evidencia um exemplo de modelo para entidade com

- (A) Único plano e com limitação de escopo, pois a Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) não apresentou quaisquer estudos técnicos sobre o plano de custeio.
- (B) Único plano de benefício previdenciário e que não houve qualquer limitação no alcance da auditoria executada, nem tampouco foi identificada qualquer distorção relevante que devesse gerar um relatório com ressalva ou outro tipo de modificação.
- (C) Único plano e com ressalva, pois a Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) não apresentou estudos técnicos comprovando a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento e benefícios.
- (D) Multiplanos e com ressalva, pois a Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) não apresentou estudos técnicos comprovando a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento e benefícios.
- (E) Multiplanos e que não houve qualquer limitação no alcance da auditoria executada, nem tampouco foi identificada qualquer distorção relevante que devesse gerar um relatório com ressalva ou outro tipo de modificação.

14

Conforme explicitado na Resolução CNPC nº 30, de 2018, para constituição de fundos previdenciais e manutenção dos já existentes, de acordo com a estrutura técnica do plano de benefícios, a indicação de sua fonte de custeio e de sua finalidade é responsabilidade do

- (A) Conselho Fiscal
- (B) Comitê de Auditoria
- (C) Contador
- (D) Auditor Independente
- (E) Atuário

15

Para os fundos de pensão, as práticas contábeis aplicáveis na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis dessas entidades são aquelas consubstanciadas em regulamentações do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e da PREVIC, que

- (A) não requerem a adoção plena das Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
- (B) não requerem adoção de quaisquer normas contábeis.
- (C) requerem a adoção plena das Normas Internacionais de Contabilidade, editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- (D) requerem a adoção plena das Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
- (E) requerem a adoção plena das normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

16

Com relação aos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, sua composição é formada pelos ativos disponíveis e de investimentos do plano de benefício

- (A) deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes aos investimentos em imóveis.
- (B) deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes aos investimentos em títulos públicos federais.
- (C) deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes às dívidas contratadas com os patrocinadores.
- (D) deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes aos investimentos em ações.
- (E) sem quaisquer deduções.

17

Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709, de 2018, em relação aos requisitos para o tratamento de dados pessoais, o tratamento desses dados somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses, **EXCETO**:

- (A) para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.
- (B) para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.
- (C) para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros.
- (D) mediante o fornecimento de consentimento pelo titular por escrito ou por outro meio.
- (E) mediante autorizações genéricas expressas em destaque.

18

O relatório para propósito específico é um relatório que deve avaliar a adequação dos controles internos aos riscos suportados, bem como a governança da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) e que deve levar em consideração os principais processos existentes na EFPC, abrangendo aspectos relativos à governança, avaliação e decisão de investimentos, contingências judiciais, cadastro e concessão de benefícios.

Em relação à governança, o relatório deve abordar

- (A) o estabelecimento de alçadas de decisão, controles e avaliação de riscos, observância à política de investimentos e à legislação vigente, no que se refere à aplicação dos recursos dos planos de benefícios.
- (B) o acompanhamento dos processos judiciais, dos critérios de gradação de risco, da razoabilidade das estimativas dos processos contingentes e do tratamento contábil adequado.
- (C) os aspectos relativos aos processos da EFPC que tratem dos controles para tomada de decisão, conflito de interesses, relacionamento com patrocinadores, concentração de poder e segregação de funções, comunicação e fluxo de informações e contratação de serviços técnicos especializados.
- (D) os procedimentos adotados com relação à integridade do cadastro existente, à atualização das provisões matemáticas ou das contas individuais dos participantes, às rotinas relativas aos pagamentos de benefícios e à conciliação contábil.
- (E) as demonstrações contábeis, em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

19

Os critérios de nomeação, destituição, remuneração, bem como as atribuições do Comitê de Auditoria, devem estar expressos em regulamento próprio aprovado pelo(a)

- (A) Conselho Fiscal
- (B) Conselho Deliberativo
- (C) Comitê de Investimentos
- (D) patrocinador do plano
- (E) Diretoria Executiva

20

Conforme a NBC PO 900, sobre a Independência para Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, os trabalhos de asseguração podem ser baseados em afirmações ou em relatório direto. Nos dois casos, eles envolvem três partes distintas: a firma, a parte responsável e os usuários pretendidos.

No trabalho de asseguração baseado em afirmações, a avaliação ou mensuração do objeto é realizada pelo(a)

- (A) Conselho Fiscal
- (B) usuário pretendido
- (C) diretor financeiro
- (D) firma
- (E) parte responsável

21

De acordo com a NBC PA 400, de 2019, que dispõe sobre a independência para trabalho de auditoria e revisão, a independência do trabalho de auditoria deve ser mantida durante o período

- (A) anterior à contratação da firma de auditoria e coberto pelas demonstrações contábeis.
- (B) anterior à contratação da firma de auditoria e ao período de encaminhamento das demonstrações contábeis.
- (C) anterior à contratação da firma de auditoria e não coberto pelas demonstrações contábeis.
- (D) de contratação da firma de auditoria e coberto pelas demonstrações contábeis.
- (E) de contratação da firma de auditoria e não coberto pelas demonstrações contábeis.

22

O Guia Previc de Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria, elaborado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), destina-se a oferecer diretrizes para o processo de elaboração das demonstrações contábeis e das notas explicativas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

As informações contábeis devem ser elaboradas a partir da política contábil da EFPC, a fim de descrever contabilmente todos os processos referentes à gestão de

- (A) investimentos, contraparte e liquidez
- (B) investimentos, previdencial e administrativa
- (C) imagem, previdencial e crédito
- (D) liquidez, crédito e investimentos
- (E) liquidez, crédito e administrativa

23

No que diz respeito ao Conselho Fiscal das S/A, sabe-se que as(os)

- (A) deliberações podem ocorrer de forma individual, com decisões eficazes em reunião devidamente convocada, embora seja um órgão colegiado.
- (B) membros do conselho fiscal deverão exercer suas funções no exclusivo interesse da companhia.
- (C) próprios membros do conselho fiscal detêm a qualidade de órgão da companhia, enquanto aparelho legalmente constituído.
- (D) membros atuam como procuradores da companhia, uma vez que têm o poder de praticar atos jurídicos no exercício da função fiscalizadora.
- (E) membros atuam em nome do Conselho de Administração que, portanto, deverá sempre acatar suas solicitações, as quais devem estar dentro do escopo estatutário da empresa.

24

O resultado superavitário dos planos de benefícios das entidades fechadas, ao final do exercício, satisfeitas as exigências regulamentares relativas aos mencionados planos, será destinado à(ao)

- (A) conta de capital
- (B) reserva financeira
- (C) remuneração dos patrocinadores
- (D) reserva de contingência
- (E) aumento do benefício pago

25

Observe a definição a seguir.

Trata-se de instrumento financeiro cujo valor varia em decorrência de mudanças no ativo objeto, que poderá ser taxa de juros, preço de título ou valor mobiliário, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de Bolsa de Valores, índice de preço, ou qualquer outro ativo similar, cujo investimento inicial seja inexistente ou pequeno em relação ao valor do contrato, e que sejam liquidados em data futura.

Tal definição diz respeito a

- (A) derivativos
- (B) ações preferenciais
- (C) operações compromissadas
- (D) variações positivas do ativo
- (E) patrimônio de cobertura

RASCUNHO

RASCUNHO



QUESTÕES DISSERTATIVAS

Questão nº 26

Os planos de benefícios dos fundos de pensão poderão ser instituídos por patrocinadores e instituidores. A formalização da condição de patrocinador ou instituidor de um plano de benefício se dá com a celebração de convênio de adesão, que deve ocorrer entre o patrocinador ou instituidor e a entidade fechada de previdência complementar. Cada plano de benefícios será regulamentado segundo as condições fixadas previamente e a prévia autorização do órgão regulador e fiscalizador.

Diante disso, elabore um texto de 15 a 30 linhas explicitando

- quais são os institutos que devem estar previstos nos planos de benefícios: os tipos de institutos e seus objetivos;
- quais os tipos de contribuições que existem em um plano de benefício de previdência complementar e suas características;
- para que serve o plano de custeio do plano de benefício: o conceito de plano de custeio, sua periodicidade e sua utilidade para o plano de benefício.

(Valor: 25,0 pontos)

RASCUNHO

(Continua)

(Continuação da questão nº 26)

RASCUNHO



(Continuação da questão nº 27)

RASCUNHO